



**11ª Jornada Científica e
Tecnológica do IFSULDEMINAS**

**& 8º Simpósio de
Pós-Graduação**

ANÁLISE DAS MEDIDAS ANTICÍCLICAS NO PERÍODO DA CRISE DO SUBPRIME

Bruna A. CODIGNOLE¹; Pedro L. C. CARVALHO²

RESUMO

O objetivo geral do estudo foi, verificar em que medida a aplicação de medidas anticíclicas por parte do Governo brasileiro no período da crise financeira do *Subprime* impactou o Brasil. Realizou-se uma pesquisa quantitativa, tendo como fonte de dados periódicos e revistas especializadas no assunto e que tragam informações sobre aquele período. A análise consistiu em relacionar as medidas anticíclicas e os impactos sofridos durante o período da crise financeira do *Subprime*. A pesquisa demonstrou que, a utilização de medidas anticíclicas por parte do Governo não permitiu o agravamento da crise financeira do *Subprime* no sistema financeiro brasileiro.

Palavras-chave:

Impacto; Sistema Financeiro; Governo.

1. INTRODUÇÃO

O surgimento da crise financeira de 2008, denominada de *Subprime*, colocou em evidência todo o sistema bancário brasileiro. Para Castro, Rosa e Marques (2013) e Tabak e Souza (2009), *Subprime* é um tipo de crédito concedido a pessoas sem emprego e sem renda, ou seja, que não possuem histórico de crédito. Segundo Castro, Rosa e Marques (2013), no ano da crise do *Subprime*, bem como nos anos seguintes, as instituições bancárias, principalmente, as públicas, serviram para que o Governo aplicasse medidas anticíclicas para estimular o desenvolvimento econômico.

Essas medidas anticíclicas tem o objetivo de estimular o crédito para pessoas e organizações e, em momentos de crise financeira, são importantes porque vão na contramão do mercado que, naturalmente, tem aversão a riscos e acabam, nesses períodos conturbados, por restringir os investimentos o que pode causar desemprego dando início a um efeito negativo na economia.

Sendo assim, o presente trabalho propõe a seguinte questão de pesquisa: a adoção de medidas anticíclicas no período da crise do *Subprime* causou interferência no sistema financeiro brasileiro?

Diante disso, tem-se como objetivo geral verificar em que medida a aplicação de medidas anticíclicas por parte do Governo brasileiro no período da crise financeira do *Subprime* impactou o Brasil. Especificamente, pretende-se: a) descrever quais foram as medidas anticíclicas utilizadas pelo Governo no período da crise financeira do *Subprime* e; b) explicar como cada medida anticíclica impacta no sistema financeiro brasileiro.

¹ Bolsista, IFSULDEMINAS – Campus Machado. E-mail: brunaacodgnole@gmail.com

² Orientador, IFSULDEMINAS – Campus Machado. E-mail: pedro.carvalho@ifsuldeminas.edu.br

O estudo mostrará como o sistema financeiro brasileiro reagiu a um dos períodos mais conturbados da economia internacional, em que o Governo brasileiro os usou para aplicar medidas anticíclicas e evitar um agravamento da crise financeira. Com isso, será possível verificar a efetividade dessas medidas em relação ao combate a crise financeira.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No início dos anos 2000, havia uma fuga de capitais do mercado norte-americano em decorrência do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 e da crise do mercado de ações causado pelo estouro da bolha da *internet*. Nesse contexto, aproveitando o ambiente econômico externo favorável, o governo americano adotou medidas monetárias e fiscais no sentido de suavizar a crise do mercado de ações, expandir o crédito e aumentar a liquidez econômica, diminuindo, assim, a fuga de capitais (CARVALHO, 2010; CASTRO; ROSA; MARQUES, 2013; SOUZA, 2013).

Uma dessas medidas, que Carvalho (2010) destaca, foi a forte redução da taxa básica de juros, passando de 7%, no início do ano 2000, para 1% em 2003. As instituições financeiras, com anseios de expansão do crédito e de ganhos financeiros, em decorrência das baixas taxas de juros, da alta liquidez do mercado americano e da crescente valorização dos preços das casas, aumentaram os financiamentos para as pessoas que se enquadravam no grupo denominado *Subprime*, um tipo de crédito destinado a pessoas que não possuem histórico de crédito (CASTRO; ROSA; MARQUES, 2013; TABAK; SOUZA, 2009).

As instituições financeiras que concediam os empréstimos, em contrapartida, negociavam esses contratos com outras instituições de todo o mundo, por meio de instrumentos financeiros, como, por exemplo, os títulos MBS e o CDO. Entretanto, Borça Júnior e Torres Filho (2008) mencionam que o aperto monetário do governo americano, por meio do aumento gradativo da taxa básica de juros a partir de 2004, fez com que, nos anos seguintes, começasse a ocorrer uma sensível queda dos preços dos imóveis. De acordo com os autores, isso inviabilizou a continuidade do processo de refinanciamento das hipotecas e, ao mesmo tempo, provocou uma ampliação da inadimplência.

A falência do banco de investimento *Lehman Brothers*, em 15 de setembro de 2008, marcou a transformação da crise financeira internacional, iniciada no mercado americano de hipotecas de alto risco, em meados de 2007, em uma crise global sistêmica (CARVALHO, 2010; SOUZA, 2013).

O efeito contágio da crise econômica mundial atingiu o Brasil, em setembro de 2008, quando o mercado de crédito vivenciava a fase ascendente de um ciclo de crédito extremamente favorável e longo, sob a liderança de bancos privados (CASTRO; ROSA; MARQUES, 2013). O impacto mais forte, segundo Souza (2013), foi sentido na forte redução de crédito ao comércio exterior e na saída de capitais em decorrência da aversão a risco dos agentes econômicos internacionais. O comportamento dos fluxos de capitais gerou uma queda na atividade e uma desvalorização cambial.

3. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida por meio de um estudo quantitativo. Os dados referentes as medidas anticíclicas utilizadas no período da crise financeira do *Subprime*, foram coletados através de revistas e periódicos especializados na parte financeira, econômica e política e que apresentaram informações sobre aquele período. A análise consistiu em relacionar as medidas anticíclicas e os impactos sofridos durante o período da crise financeira do *Subprime*.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os bancos públicos representam a forma mais direta do Governo agir e realizar medidas anticíclicas a fim de que os efeitos da crise possam ser amenizados e a economia estimulada.

Em relação aos bancos brasileiros, Souza (2013) relata que não houve falências e nem a necessidade de injeção de dinheiro público para salvá-los, como ocorreu nos Estados Unidos. Carvalho (2010) diz que, no início da crise, o sistema brasileiro encontrava-se em situação diferente do sistema financeiro americano e europeu. Para o autor, o sistema financeiro nacional, sendo um setor mais regulado, com menor alavancagem financeira, mantenedor de reservas compulsórias elevadas e com forte presença de grandes bancos públicos, estava menos exposto à crise.

Mesmo estando fortalecido, o sistema bancário brasileiro sofreu transformações, promovidas pelo BACEN, no sentido de enfrentar a crise sem comprometer o regime de política monetária voltada para promover a convergência da inflação à trajetória de metas e à flutuação cambial (MESQUITA; TORÓS, 2010). Essas transformações foram realizadas por meio de medidas anticíclicas que tinham o intuito de amenizar os efeitos da crise estimulando a economia.

Segundo Gonçalves (2008), as medidas são incorporadas em sete baterias. A primeira delas é a expansão da liquidez, isto é, o aumento da disponibilidade de recursos de empréstimos para agentes financeiros ou para empresas, visto que, houve uma redução do crédito externo e interno. Sendo assim, para que houvesse maior disponibilidade de empréstimos apresentou-se uma “flexibilização do redesconto, a redução dos depósitos compulsórios, a expansão do crédito para o agronegócio e a ampliação do financiamento do setor exportador em geral” (GONÇALVES, 2008).

A segunda medida diz respeito ao saneamento financeiro iniciado com a quebra do *Lehman Brothers*, em 15 de setembro de 2008 nos Estados Unidos, onde a crise atingiu seu estágio mais crítico o que resultou em uma série de falências de bancos europeus e quedas nos índices de ações pelo mundo. Dessa forma, o saneamento do setor financeiro, se deu através “das falências, concordatas, fusões e aquisições de bancos, financeiras, seguradoras” (GONÇALVES, 2008).

A terceira medida versa sobre a estatização parcial ou total dos agentes financeiros, processo pelo qual permitiu ao “Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal comprarem participação em

empresas financeiras (bancos, seguradoras, empresas de previdência, capitalização, etc.) e construtoras” (GONÇALVES, 2008).

A quarta medida envolve garantias de empréstimos, depósitos e aplicações financeiras. Entretanto, essa medida não apresentou grande visibilidade no Brasil (GONÇALVES, 2008).

A quinta medida implica em políticas macroeconômicas, monetárias e fiscais, expansionistas. Ou seja, “a redução das taxas de juros, expansão dos gastos públicos, redução da carga tributária, restituição do imposto de renda para pessoas físicas de baixa renda, medidas para estimular o setor produtivo e políticas comerciais restritivas” (GONÇALVES, 2008).

A sexta medida incide no enfrentamento da crise cambial, onde os principais instrumentos “são as taxas múltiplas de câmbio, a centralização do câmbio em uma autoridade monetária, a obrigatoriedade da internalização da receita de exportação, e a proibição temporária ou definitiva de fluxos específicos de entrada e saída de capitais” (GONÇALVES, 2008).

Por último, a sétima medida anticíclica, consiste na redução do impacto social da crise na qual, “há a flexibilização e ampliação do esquema de seguro-desemprego, o vale-alimentação e as políticas assistencialistas em diversas áreas. Há, também, o refinanciamento de dívidas, em geral, e de hipotecas imobiliárias, em particular” (GONÇALVES, 2008).

5. CONCLUSÕES

A pesquisa demonstrou que, a aplicação de medidas anticíclicas por parte do Governo não permitiu o agravamento da crise financeira do *Subprime* no sistema financeiro brasileiro, visto que, o sistema financeiro nacional, sendo um setor mais regulado, estava menos exposto à crise.

REFERÊNCIAS

- BORÇA JUNIOR, G. R.; TORRES FILHO, E. T. Analisando a crise do subprime. **Revista do BNDS**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 129-159, dez. 2008.
- CASTRO, G. H. V. de; ROSA, M. S. S.; MARQUES, R. R. O efeito da crise de 2008 na saúde econômica dos bancos no Brasil: uma análise comparativa entre instituições públicas e privadas no período de 2007 a 2010. **Universitas Gestão e TI**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 1-10, jan./jun. 2013.
- CARVALHO, P. J. C. de. **Intervenções no mercado de câmbio durante a crise de 2008**: uma análise de fatores motivadores e efeitos das intervenções do Banco Central do Brasil. 2010. 217 p. Dissertação (Mestre em Economia do Setor Público) – Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2010.
- GONÇALVES, R. **Crise econômica**: Radiografia e soluções para o Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2008.
- MESQUITA, M.; TORÓS, M. **Trabalhos para Discussão n. 202**: considerações sobre a atuação do Banco Central do Brasil na crise de 2008. Brasília: Banco Central do Brasil, 2010. 39 p.
- SOUZA, A. C. de. **Sistema Bancário sob a crise econômica internacional**: o caso brasileiro. 2013. 73 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.
- TABAK, B. M.; SOUZA, M. M. de. **Testes de contágio entre sistemas bancários**: a crise do *subprime*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009. 36 p.